

Lisboa, 09 de Maio de 2014

Exmo. Senhor
Presidente
Direcção
da ALIANÇA

ALIANÇA PORTUGUESA DAS DOENÇAS RARAS

ANÁLISE ÀS CONTAS DO ANO DE 2013

I —INTRODUÇÃO

(Valores expressos em euros)

A Aliança é uma associação sem fins lucrativos com o objectivo de ter um impacto significativo na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento das doenças raras no nosso país.

Missão

Melhorar a qualidade de vida dos doentes e famílias afectados por uma doença rara.

Lutar contra o impacto negativo do diagnóstico de uma doença rara.

Constituir uma comunidade forte de pessoas que vivem com uma doença rara.

1. Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: ALIANÇA

1.2 - Sede:

Rua José de Esaguy, nº 9, 3º Esq.
1700-266 Lisboa

1.3 - Natureza da atividade: Associação

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2013 as demonstrações financeiras da *ALIANÇA* foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC) adaptado ao sector não lucrativo, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A *ALIANÇA* regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” (Nota [12]).

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

f) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da ALIANÇA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A ALIANÇA é uma Associação sem fins lucrativos, não estando sujeita a IRC.

3.4. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Usa-se o Lifo para apurar o custo do Inventário.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade,

reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Aumento / Diminuição de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Não existem descobertos bancários

3.8. Fundos

O Património é classificado em Fundos.

3.9. Provisões

A ALIANÇA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo

futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações no âmbito do projeto do subsídio, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio, método do lucro nulo.

- 1) Como produto final de todo o trabalho desenvolvido, foi possível elaborar as seguintes demonstrações financeiras, que se anexam:

Balanço em 31 de Dezembro de 2013 .

Demonstração dos resultados por natureza 2013.

- 12) Dá-se a seguir informação dos aspectos mais significativos das quantias e contas consideradas nestas demonstrações financeiras, expressas em euros.

II — ANÁLISE DAS CONTAS DO BALANÇO

1 - Associados, c/c (contas activas)

Em 31 de Dezembro 2013, o saldo das contas de Associados são referentes a falta de pagamento de quotas de 2013. No entanto, a APH deve também uma quota de 2012.

NOME	EUROS
APPDH	100,00
APH	200,00
PXE	100,00
Nota	
Associação Alfa 1	-75,00
Totais em euros	400,00

Tem 75 euros de saldo para 2014

2 - Depósitos bancários

O saldo de 1 534,04€, em 31 de Dezembro de 2013, refere-se a depósitos à ordem na CGD e encontra-se reconciliado com o respectivo extracto bancário.

NOME	EUROS
1212 - C.G.D.	1.534,04
Totais em euros	1.534,04

3 - Caixa

A quantia de 41.41 €, em 31 de Dezembro de 2013, refere-se a um fundo para fazer face a pequenas despesas.

4 - Fundos Próprios

Os valores comparáveis são os seguintes:

Designação	EUR
	Dez-13
Património	1.171,19
Resultados líquidos do exercício	804,26
TOTAL	1.975,45

5 - Estado

Não existem dividas ao estado

6 – Outras contas a pagar

Não existem outras contas a pagar

III — ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS**7 - Resultados Líquidos**

Os Resultados do exercício de 2013 foram apurados de acordo com o princípio de especialização de exercícios, registrando na conta de Acréscimos e Diferimentos as contrapartidas dos custos e proveitos contabilizados.

Demonstra-se em seguida o calculo dos resultados liquidos através da seguinte Demonstração de resultados:

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS
		2013
		Jan. a Dez.
RENDIMENTOS E GASTOS		
Quotas Associados.....	8	1.050,00
Donativos.....		2.380,00
Variação nos inventários da produção.....		
Trabalhos para a própria entidade.....		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		
Fornecimentos e serviços externos.....	9	(2.387,49)
Gastos com o pessoal.....	10	
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		
Provisões (aumentos/reduções).....		
Outras imparidades (perdas/reversões).....		
Aumentos/reduções de justo valor.....		
Outros rendimentos e ganhos.....		
Outros gastos e perdas.....	11	(238,25)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		804,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		804,26
Juros e rendimentos similares obtidos.....		
Juros e gastos similares obtidos.....		
Resultado antes de impostos		804,26
Imposto sobre o rendimento do período.....		
Resultado líquido do período		804,26

Seguidamente encontra-se o balanço da ALIANÇA

(Montantes expressos em euros)

RÚBRICAS	Notas	PERÍODOS
		31.Dez.13
Activo		
Activos fixos tangíveis		
Propriedades de investimento		
Activos intangíveis		
Activos biológicos		
Participações financeiras - método eq. patrimonial		
Participações financeiras - outros métodos		
Accionistas / sócios		
Outros activos financeiros		
Activos por impostos diferidos		
Total dos Activos Não Correntes		
Inventários		
Activos biológicos		
Associados	1	400,00
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes públicos		
Accionistas / sócios		
Outras contas a receber		
Diferimentos		
Activos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Caixa e depósitos bancários	2 e 3	1.575,46
Total dos Activos Correntes		
Total do Activo		1.975,46
Capitais Próprios - Fundos		
Património	4	1.171,19
Acções (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais		
Outras reservas - Estatutárias		
Resultados transitados		
Ajustamentos em activos financeiros		
Excedentes de revalorização		
Outras variações nos fundos Patrimoniais		
Resultado líquido do exercício	4	804,26
Interesses minoritários		
Total dos Capitais Próprios - Fundos		1.975,45
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Passivos por impostos diferidos		
Outras contas a pagar		
Total dos Passivos Não Correntes		-
Passivo corrente		
Fornecedores		
Adiantamento de clientes		
Estado e outros entes públicos		-
Accionistas / sócios		
Financiamentos obtidos		
Outras contas a pagar		-
Diferimentos		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Passivos não correntes detidos para venda		
Outros passivos financeiros		
Total dos Passivos Correntes		-
Total do Passivo		1.975,45

Em termos agregados, os resultados líquidos decompõem-se como segue:

Designação	EUROS
	Dez-13
Resultado líquido do período	804,26
	804,26

8 - Vendas e prestações de serviços

Os valores considerados nesta conta distribuem-se, como segue:

N-º	Conta	EUROS
	Designação	Dez-13
75	Donativo	80,00
75	Apoios Financeiros	2.300,00
78	Quotas Associados	1.050,00
	Totais em euros	3.430,00

9 - Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos contabilizados nesta rubrica são os seguintes:

N-º	Conta	EUROS
	Designação	Dez-13
	Sub-contratos	898
	Trabalhos especializados	623
	Limpeza	8
	Material de escritório	80
	Deslocações	612
	Serviços diversos	167
	Totais em euros	2.388

10 - Custos com o pessoal

A Aliança não tem funcionários ao seu encargo

11 - Outros custos

Este valor foi pago às finanças.

	EUROS
Designação	Dez-13
Outros	238,25

IV – Recomendações

Recomenda-se

- a) Assinatura do Balanço e Demonstração de Resultados por Natureza, anexos, pelo Conselho fiscal em exercício;
- d) Emissão das Demonstrações Financeiras Individuais.
- e) Transferência do saldo da conta de Resultados líquidos do exercício de 2013, de 804,26 €, para a conta de Património, a qual passará a apresentar um saldo de 1.975,45€.

Lisboa, 09 de Maio de 2014

Sandra Castro Ramos

Inscrita sob o nº 82418 na OTOC